

Deputado diz que Abreu apoia plano de Chico Lopes

BRASÍLIA — O Ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, concorda com o Plano de Estabilização de Preços, que será submetido à Câmara dos Deputados, através de um projeto-de-lei do Deputado Osmundo Rebouças (PMDB-CÉ), mas faz algumas observações: ele acha que o projeto é muito restritivo e deixa para o Governo todo o ônus da implantação da nova política financeira.

A informação é do próprio Deputado cearense, que esteve reunido durante a semana com o Ministro Abreu, juntamente com o economista Francisco Lopes, a quem se atribuiu a elaboração do programa.

Segundo o parlamentar, o Ministro sugeriu que o Plano, que prevê a desindexação gradual da economia, teria mais possibilidade de êxito se implantado através de uma Medida Provisória, instrumento que a nova Constituição dá ao Presidente e que substitui o Decreto-Lei. O Ministro entende que a medida provisória impediria que os agentes econômicos se organizassem e pressionassem o Congresso para rejeitar o projeto.

Osmundo Rebouças disse que o Ministro do Planejamento foi mais além, argumentando que se o plano



Abreu teme pressões no Congresso

for aberto à discussão acabará encontrando dificuldades intransponíveis para a sua implantação, com o que não concorda o Deputado:

— O projeto não prevê choque heterodoxo ou congelamento. Acredito que não haveria motivo para os agentes econômicos trabalharem contra — explicou.

Para ele, ao contrário do que pensa João Batista de Abreu, se o plano

contra a inflação vier através da Medida Provisória haverá uma reação negativa por parte da sociedade como um todo. "Isso porque o governo está desacreditado".

Outra coisa importante é não nos esquecer mas que a Constituição, a ser promulgada nos próximos dias, devolve ao Congresso Nacional a prerrogativa de legislar sobre matéria econômica e financeira. O decreto, ao meu ver, acarretaria uma reação negativa, ao passo que o debate servirá para fortalecer a proposta, emprestando-lhe o apoio geral da Nação", afirmou Rebouças.

Ele adiantou que até o próximo dia cinco deverá ter uma nova conversa com o Presidente do seu partido, Deputado Ulysses Guimarães, para discutir a matéria mais detalhadamente. No entanto, não abre mão de discutir a proposta com entidades empresariais, sindicatos, com os governadores e todos os segmentos representativos da sociedade.

O Deputado está otimista quanto à aprovação do programa, pois estima que a inflação, com a adoção da nova moeda — o Real (R\$) — não passará de 2% ao mês, "uma inflação de ajustamento, ou de transição".